

# BETH: MAIS MISTÉRIO.

**Mulher de José Carlos assinou procuração em branco, sem data.**

A CPI do Orçamento descobriu uma procuração em branco, assinada por Ana Elizabeth Lofrano, mulher do economista José Carlos Alves dos Santos, que está desaparecida há um ano. A procuração está intrigando os parlamentares da CPI. Sem data, e dirigido a qualquer Comarca do Estado de Goiás, o documento autoriza o futuro "procurador" a abrir conta no Banco do Brasil, agência centro, de Goiânia. Pelo instrumento particular de procuração, a pessoa que obtiver o documento de Ana Elizabeth pode movimentar as contas, emitir e endossar cheques, fazer retiradas mediante recibos, requisitar talões de cheques, autorizar débitos, transferências e pagamentos por meio de cartas, solicitar saldo e extrato de contas e receber quaisquer importâncias.

Ontem, o ex-assessor do Orçamento, durante depoimento que prestou à promotora Arinda Fernandes, da 1ª Vara Criminal da



Arquivo/AE

**José Carlos: suspeitas.**

Justiça, colocou o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) sob suspeita no sequestro de sua mulher, na hipótese de o crime ter sido planejado pela máfia da Comissão de Orçamento. "Ele (Fiúza) era o mais preocupado", disse José Carlos, referindo-se ao fato de sua mulher saber do esquema de propinas. Segundo o ex-assessor, o

deputado ficou ainda mais preocupado quando soube que o economista estava com problemas conjugais, pouco tempo antes do desaparecimento de Beth.

Na quinta-feira, em depoimento à CPI da Câmara que investiga crimes de pistolagem, o economista colocou sob suspeição Fiúza, João Alves (PPR-BA), Sérgio Guerra (PSB-PE) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Já durante a madrugada, no depoimento à promotora, José Carlos acrescentou também o nome do deputado Gnebaldo Correia (PMDB-BA).

José Carlos continua preso na Superintendência da PF e não esboça nenhuma intenção de obter um habeas-corpus. O juiz da 10ª Vara da Justiça Federal decidiu transferir o processo em que ele é acusado de portar US\$ 30 mil falsos para o STF, acolhendo parecer do procurador da República, Walton Rodrigues, com o argumento de que o dinheiro foi dado pelo deputado João Alves.